



Parcerias, corte de ministérios e reajustes na pauta do Plenário

Senado deve votar na quinta-feira medidas provisórias do governo Temer e textos que tratam do aumento nos vencimentos do STF e do procurador-geral

A sessão será a primeira do esforço concentrado no período eleitoral. Os senadores devem analisar inicialmente duas medidas provisórias. Elas vencem na quarta-feira, 7 de setembro. Mas, devido ao feriado, a validade passa para o dia seguinte. A primeira promoveu uma reforma administrativa nos primeiros dias do governo interino de Michel Temer, reduzindo o número de ministérios. A segunda criou o Programa de Parcerias de Investimentos, para agilizar as concessões. O Plenário também poderá examinar a urgência para votação de dois projetos que reajustam em 16,3% os vencimentos dos ministros do STF e do procurador-geral da República. **3**



Jefferson Rudy/Agência Senado — 24/8/2016

Entre Vicentinho Alves e Jorge Viana, Renan Calheiros preside em agosto sessão do Senado, que inicia esta semana votações agendadas para o período eleitoral

Agronegócio deverá ter mais crédito externo **4**

Comunicação registra audiência recorde **3**

Gabriel Munhoz/Obj. Sen. Ana Amélia



Em Esteio (RS), Ana Amélia presidiu audiência para discutir a implantação de uma legislação sanitária brasileira

Produtores pedem lei sanitária nacional

A legislação atual para inspeção, fiscalização e controle de qualidade de produtos agropecuários, que tem três níveis — federal, estadual e municipal —, foi criticada por representantes dos

produtores rurais e dos fiscais e por parlamentares em audiência da Comissão de Agricultura realizada sexta-feira, no Rio Grande do Sul. Eles defenderam a unificação das normas. **4**

O Jornal do Senado não publica excepcionalmente hoje a seção mensal Arquivo S. A reportagem deste mês será publicada na edição da próxima segunda-feira.

Senado
transparente

Biblioteca do Senado abre na internet parte de seu acervo

Os internautas podem fazer o download gratuito das 260 mil obras disponibilizadas pela Biblioteca Digital do Senado, entre livros,

reportagens e textos produzidos por senadores e servidores da Casa. O acervo inclui itens históricos, como um livro de 1633 sobre o Brasil. **2**



Ano Voipe/Agência Senado — 3/2/2012

Biblioteca do Senado disponibiliza livros em papel e versões digitalizadas



Foto: Agência Senado

Qualidade e segurança são prioridade dos itens da biblioteca, que tem público formado por estudantes e pesquisadores

Biblioteca do Senado oferece 260 mil obras para download

Livros, artigos, reportagens e textos de senadores podem ser baixados gratuitamente. Entre obras raras disponíveis, estão o original da Lei Áurea, de 1888, e um livro de 1633 que descreve o Brasil



A BIBLIOTECA DIGITAL do Senado, que em dois meses completará dez anos de existência, disponibiliza para download gratuito mais de 260 mil documentos. O acervo digital reúne livros, obras raras, artigos de revista, notícias de jornal, textos de senadores e de servidores do Senado e legislação, inclusive em áudio.

Segundo o chefe do Serviço de Biblioteca Digital, André Luiz Lopes de Alcântara, as obras são de domínio público ou foram cedidas pelos proprietários dos direitos autorais. O público-alvo, afirma, é formado principalmente por estudantes e pesquisadores de direito e história.

Cerca de 2,5 milhões de downloads são feitos anualmente, de acordo com Alcântara.

— As obras mais baixadas são os áudios do Código Civil e da Constituição. A partir do momento em que o usuário encontra o material que deseja, ele pode salvá-lo e imprimi-lo livremente. A gente só pede que a fonte seja citada.

A preservação e a divulgação estão entre as principais funções da Biblioteca Digital, destaca Alcântara. Segundo

ele, o conteúdo disponível se destaca pela qualidade e pela segurança.

— Hoje a internet tem muito conteúdo de qualidade duvidosa. As bibliotecas digitais, entre elas a do Senado, se destacam por oferecer um material de alta qualidade, que passa pelos cuidados de diversos profissionais. É uma fonte segura de pesquisa.

História

Alcântara afirma que a atualização do acervo digital é feita conforme a aquisição de novos livros e a produção intelectual do Senado. Novos artigos são disponibilizados semanalmente na página. As notícias dos jornais são inseridas diariamente.

— O ritmo da publicação dos livros costuma ser um pouco mais lento, já que também depende da autorização dos detentores dos direitos autorais.

Aproximadamente 1,4 mil obras raras também compõem o acervo da Biblioteca Digital. O livro mais antigo é o *Novus Orbis seu Descriptionis Indiae Occidentalis*, de Johannes de Laet, de 1633. Trata-se de uma descrição geográfica, etnológica e linguística da América, além de relatos e desenhos de animais e plantas da região,

com especial destaque para o Brasil.

Outra obra de grande valor histórico é a versão digitalizada da Lei Áurea, de 1888. O documento é assinado pela princesa Isabel.

— São obras históricas e fonte de pesquisas primárias — ressalta Alcântara.

Accesse a Biblioteca Digital: www.senado.leg.br/biblioteca

Perfil do usuário

2,5 milhões de downloads

407.522 usuários acessaram a Biblioteca Digital em 2016*

45,85% eram do sexo feminino

54,15% eram do sexo masculino

acesse o site: www.senado.leg.br/biblioteca

*até 31 de agosto

Viana participa da posse de Laurita Vaz, primeira mulher a presidir STJ

Representando o Poder Legislativo, o primeiro-vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PT-AC), participou na quinta-feira da posse dos ministros Laurita Vaz e Humberto Martins no comando do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Laurita tornou-se a primeira mulher presidente do órgão. Com o ministro Martins, empossado como vice-presidente, ela comandará o tribunal durante o biênio 2016-2018.

A solenidade reuniu autoridades dos três Poderes

da República, entre eles o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski. Também presente à cerimônia, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia — interinamente no cargo de presidente da República —, afirmou que o Executivo, o Legislativo e o Judiciário têm um compromisso para aperfeiçoar a prestação jurisdicional, o que inclui a aprovação de mudanças na Constituição.

(Com Assessoria do STJ)



Foto: Agência Senado

Rodrigo Janot, Viana, Maia e Lewandowski na posse de Laurita Vaz no STJ

Dados da atividade legislativa de agosto serão divulgados hoje

Reformulado e repleto de infográficos, o *Relatório Mensal da Atividade Legislativa do Senado* será publicado hoje na internet. O documento traz informações sobre sessões plenárias, projetos analisados e atuação das comissões em agosto. Também há dados sobre o Congresso.

— Ganhamos ao assegurar a qualidade e precisão dos ban-

cos de dados — diz o diretor da Secretaria de Informação Legislativa, Fábio Liberal.

Ele ressalta a parceria da Coordenação de Estatísticas e Relatórios Legislativos, do Núcleo de Modernização da Informação Legislativa e do Prodasen.

Accesse o relatório na internet: <http://bit.ly/ResenhaSenado>

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEG
QUI

PLENÁRIO Sessão de discursos
14h Sessão não deliberativa, destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa.

CÓDIGO DE AERONÁUTICA Concessões
9h45 A comissão especial faz audiência sobre concessões dos aeroportos.

CRE Embaixador em Angola
10h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sabatina Paulino Franco de Carvalho Neto, indicado para embaixador do Brasil em Angola, e faz leitura de relatórios.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burtle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Pauta tem MPs da reforma administrativa e parcerias

As duas medidas perdem a validade no dia 7 e, devido ao feriado, podem ser votadas até quinta-feira. Plenário também deve analisar projetos sobre reajustes para o Supremo e para o procurador-geral

A PRIMEIRA SESSÃO do Senado dentro da agenda de esforço concentrado durante o período eleitoral foi marcada para quinta-feira. A pauta está trancada por duas medidas provisórias: a MP 726/2016, que trata da reforma administrativa, e a MP 727/2016, que criou o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Ambas vencem na quarta-feira, mas, devido ao feriado do Dia da Independência, têm o prazo de validade adiado.

A previsão é votar também os projetos que elevam os vencimentos dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do procurador-geral da República (PLCs 27/2015 e 28/2015).

Ministérios e PPI

A MP 726/2016, que promoveu uma reforma administrativa nos primeiros dias do governo interino de Michel Temer, reduziu para 24 o número de ministérios na nova estrutura do Executivo federal.

O Programa de Parcerias de Investimentos foi criado no início do governo de Michel Temer para agilizar as concessões públicas. Pelo texto da MP 727/2016, o programa buscará a ampliação e o fortalecimento da interação entre o Estado e a iniciativa privada por meio da celebração de contratos de parceria para a execução de empreendimentos públicos de infraestrutura e de outras medidas de desestatização.



Plenário do Senado fará primeira sessão do esforço concentrado na quinta

lecimento da interação entre o Estado e a iniciativa privada por meio da celebração de contratos de parceria para a execução de empreendimentos públicos de infraestrutura e de outras medidas de desestatização.

Reajustes

Deverão ser apreciados também na quinta os requerimentos de urgência para a votação dos PLCs 27 e 28/2015, que reajustam em 16,3% os vencimentos do procurador-geral da República e dos ministros do Supremo, que devem passar a ganhar R\$ 39,2 mil a partir de janeiro do próximo ano.

A votação dos dois projetos

na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) foi adiada depois de questionamentos sobre a conveniência da aprovação em um momento de crise. A proposta relativa aos ganhos dos ministros do Supremo gera efeito cascata em toda a magistratura.

Discussão

Consta ainda da pauta a discussão do PLS 204/2016 — Complementar, que permite à administração pública vender para o setor privado os direitos sobre créditos de qualquer natureza, e do PLC 210/2015, que garante uma série de novos benefícios sociais e trabalhistas aos agentes de saúde e de combate a endemias.

Publicada medida provisória que muda estrutura da EBC

Mudanças na estrutura da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) constam da Medida Provisória 744/2016, publicada na sexta-feira no *Diário Oficial da União*. O texto está assinado pelo presidente da República em exercício, Rodrigo Maia.

Foi alterado o comando da instituição, com a exoneração de Ricardo Melo e a recondução de Laerte Rimoli à presidência da empresa.

A MP faz alterações na Lei 11.652/2008 para atribuir a indicação do presidente da EBC ao ministro da Casa

Civil. A medida do Executivo extinguiu o Conselho Curador, mas manteve a Diretoria-Executiva, o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração da empresa.

Criada em 2008 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a entidade fazia parte da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Com a MP 744/2016 e o decreto de regulamentação, a empresa passa a ser vinculada à Casa Civil. Integram o sistema a Rádio Nacional, a Rádio MEC, a TV Brasil e a Agência Brasil.

Perde validade texto sobre recursos para as Olimpíadas

Venceu no dia 25 de agosto o prazo para tramitação no Congresso da medida provisória que destinava R\$ 100 milhões para divulgação de medidas de prevenção e combate ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor dos vírus da dengue, zika e febre chikungunha, durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos no Rio de Janeiro.

Os recursos previstos na medida foram bloqueados por liminar. A outra parte do crédito extraordinário, de R\$ 80 milhões, destinou-se ao Ministério do Esporte para a implantação de infraestrutura

dos eventos esportivos.

A MP estabelecia que R\$ 100 milhões seriam compensados por meio do cancelamento de uma dotação para o Ministério de Minas e Energia. Outros R\$ 80 milhões foram remanejados de outras dotações do orçamento do Ministério do Esporte. Aprovada na Comissão Mista de Orçamento e na Câmara, a medida só estava pendente de votação pelo Senado.

Pelo artigo 62 da Constituição, quando uma MP tem prazo de tramitação vencido, pode ser reeditada, mas não na mesma sessão legislativa.

Partidos recorrem ao STF contra manutenção de direitos de Dilma

Cinco partidos — DEM, PSDB, PPS, PMDB e Solidariedade — protocolaram na sexta-feira um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal questionando a votação no Plenário do Senado que manteve os direitos políticos da ex-presidente Dilma Rousseff após os senadores aprovarem seu impeachment. No mesmo dia, José Medeiros (PSD-MT) protocolou um mandado de segurança semelhante.

Segundo o líder do DEM no Senado, Ronaldo Caiado (GO), o primeiro mandado de segurança tem dois pleitos: exige que seja declarada ilegal a autorização do presidente do STF, Ricardo Lewandowski, que permitiu o fatiamento da votação do impeachment e pede que seja anulada a votação sobre os direitos políticos de Dilma.

Os partidos entendem que, ao perder o mandato por 61 votos a 20, Dilma também perdeu os direitos políticos automaticamente.

Na interpretação de Caiado,



Na avaliação de Caiado, votação fatiada do impeachment foi ilegal

a figura do destaque para que algum dispositivo seja votado em separado no Plenário só é válida para proposições legislativas. Ele diz que os senadores não votaram um projeto durante o impeachment, mas fizeram um julgamento, cuja pena prevista na Constituição são a perda de mandato somada à inabilitação pública.

— Não estávamos legislando, mas sim julgando — disse.

Segundo Caiado, o DEM foi surpreendido pela segunda votação, pois não foi avisado do apoio de parte do PMDB e não teria havido consulta à legenda sobre a possibilidade de dividir a votação.

Comunicação do Senado tem recorde de audiência

Os veículos da Secretaria de Comunicação Social do Senado (Secom) contribuíram de forma intensa para ampliar a transparência do julgamento da então presidente Dilma Rousseff e registraram índices recordes de produção e audiência entre 25 e 31 de agosto. O canal da TV Senado no YouTube teve mais de 9 milhões de visualizações ao longo dos seis dias da sessão e registrou na quarta-feira passada mais de 224 mil visualizações simultâneas na transmissão on-line. A audiência foi 50% superior ao recorde anterior, alcançado na segunda-feira passada.

A TV Senado foi o único canal de televisão aberto que transmitiu integralmente os seis dias da sessão, com mais de 60 horas no ar, ao vivo. A página da emissora na internet registrou quase 7 milhões de visualizações no período.

Agosto de 2016 foi o mês de maior desempenho em número de usuários na história da Agência Senado, que reúne matérias, áudios e vídeos produzidos pela agência e demais veículos de comunicação da Casa. Entre os dias 1º e 31,

houve mais de 3 milhões de acessos. No mesmo mês do ano passado, foram 1.651.845.

O dia da votação do julgamento, em 31 de agosto, teve 368.755 acessos, o maior registrado no mês.

De 25 a 31 de agosto, a Agência Senado publicou 192 matérias, 327 áudios, 299 vídeos e 213 notas em tempo real.

As edições do **Jornal do Senado** publicadas de 26 de agosto a 1º de setembro foram todas especiais e trataram exclusivamente do impeachment. Nos dias 29, 30 e 31 de agosto, os acessos ao site do jornal praticamente dobraram em relação à média do mês.

A Rádio Senado inaugurou, no julgamento da então presidente, a transmissão ao vivo do seu áudio pelo YouTube, com mais de 15 mil acessos durante os seis dias de sessão.

O Twitter do Senado Federal teve 788 postagens. Cinco mil novos seguidores foram registrados. No Facebook, a página do Senado alcançou uma média de 1,6 milhão de pessoas por dia e totalizou 16 publicações ao longo do julgamento.

Índices históricos

	YOUTUBE ■ 9 milhões de acessos ao canal da TV em 6 dias ■ 224 mil on-line entre 1º a 31/8 (recorde)
	TV ■ 60 horas no ar ■ 7 milhões de visualizações da página na internet
	AGÊNCIA ■ 3 milhões de acessos em agosto (recorde) ■ dia 31: 368.755 acessos ■ dias 25 a 31/8: 192 matérias, 327 áudios, 299 vídeos e 213 notas em tempo real ■ 60 horas de áudio e vídeo para consulta ■ acesso 8 vezes maior durante a cobertura
	RÁDIO ■ 15 mil acessos pelo YouTube entre 25 e 31/8
	TWITTER ■ 788 postagens, alcançando 6,5 milhões de pessoas ■ 5 mil novos seguidores
	FACEBOOK ■ 1,6 milhão de pessoas por dia

Gabriel Munhoz/Con. Sen. Ana Amélia



Ana Amélia presidiu debate e defendeu que redução da burocracia pode agilizar processos e abrir novos mercados

Produtores pedem normas sanitárias unificadas

Uma padronização nacional para as regras de registro, inspeção e fiscalização de qualidade dos produtos agropecuários foi defendida em debate da Comissão de Agricultura realizado no Rio Grande do Sul

A UNIFICAÇÃO DA legislação sanitária foi defendida por representantes do setor agropecuário em debate sobre o tema realizado em Esteio (RS), na sexta-feira, durante a feira de agronegócios Expointer 2016.

A fiscalização dos produtos de origem animal e vegetal está hoje a cargo da União, dos estados e dos municípios. A diversidade das regras e a burocracia muitas vezes impedem, por exemplo, que um produto de um município possa ser vendido no estado vizinho, gerando prejuízos para a agroindústria e a economia local.

Projeto da Câmara é criticado por auditores e pelo Ministério Público

No debate, Fernando Fagundes Fernandes, inspetor de produtos de origem animal, defendeu autonomia para o serviço de fiscalização. Ele criticou um projeto que está na Câmara dos Deputados que descentraliza o serviço de inspeção industrial e sanitária (PL 334/2015).

— O projeto cria duas classes de consumidor e limita a atuação do veterinário do Ministério da Agricultura aos produtos que vão para o exterior. No país, a agroindústria vai ter que pagar pelo veterinário que vai fazer a inspeção, e não o Estado — afirmou.

Para Estevan Gavioli, do Ministério Público Federal, o afrouxamento das regras de controle previsto no projeto gera risco à sociedade e à segurança alimentar.

— O serviço de fiscalização exige autonomia funcional. Qualquer alteração legislativa resultará em lei inconstitucional.

No debate, que foi promovido pela Comissão de Agricultura (CRA), os produtores avaliaram que a unificação de medidas sanitárias — com a adoção de padrões objetivos de registro, inspeção e fiscalização de qualidade — resultaria na agilização dos processos e na abertura de novos mercados.

Segundo a presidente da CRA, Ana Amélia (PP-RS), que propôs a audiência, o Brasil é protagonista na exportação agropecuária, atividade que gerou superávit extraordinário no último ano.

— Temos que ter cuidado cada vez maior com a segurança alimentar, com os produtos consumidos no Brasil e destinados à exportação. O rigor na inspeção e fiscalização tem que ser o mesmo com os produtos consumidos aqui e em quase 200 países que compram produtos agrícolas brasileiros — disse a senadora.

Níveis

Determinado produto pode ser comercializado atualmente em nível estadual quando fiscalizado por órgão estadual; no município, quando fiscalizado por órgão municipal; e em todo o Brasil, só quando aprovado por organismo federal.

O secretário de Agricultura, Pecuária e Irrigação do Rio Grande do Sul, Ernani Polo, disse que a sanidade animal e vegetal na qualidade dos alimentos é determinante para a segurança do consumidor.

— A legislação que temos hoje, em três níveis de inspeção, gera questionamento. O mesmo produto pode ser consumido num local e proibido no município ou estado vizinho — afirmou.

Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul, Carlos Joel da Silva ressaltou que as regras em vigor punem as

agroindústrias familiares. Ele não pretende que a fiscalização seja enfraquecida, mas quer novas regras para não “emperrar o desenvolvimento”.

— Os sistemas têm que ser unificados de forma adequada para que não sejam criados novos problemas. Temos que rever parâmetros que levem em conta principalmente o tamanho dos empreendimentos. Por exemplo, tem agroindústria que mata um porco por semana e agroindústria que mata um porco a cada cinco minutos — afirmou.

O presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski, citou pesquisa mostrando que, de 2,2 mil municípios já avaliados pela entidade, apenas 38,9% possuem sistema de inspeção.

De acordo com ele, o sistema está presente em 66,7% dos municípios gaúchos

Segundo Ziulkoski, a falta de financiamento e de estrutura impede a criação dos sistemas, e muitos dos já existentes funcionam precariamente.

Atribuições

O setor agropecuário responde por mais de 90% do saldo da balança comercial e por 40% do produto interno bruto (PIB) nacional, segundo o presidente do Conselho Nacional de Secretários de Agricultura, João Cruz. Ele apontou desproporcionalidade entre as atribuições dos estados e a contrapartida da União.

— É desproporcional a maneira que o Ministério da Agricultura trata os sistemas estaduais de inspeção. Às vezes, o ministério fiscaliza o ente federativo da mesma forma que é fiscalizado pelas missões internacionais da Rússia e da União Europeia. Essa desproporcionalidade causa impacto de acesso aos mercados — afirmou.

Está em vigor lei que dá mais crédito a agricultores

Presidente em exercício do Congresso, Jorge Viana promulgou a Lei 13.331/2016, que permite emitir o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) com correção pela variação cambial de outras moedas. A lei tem origem na Medida Provisória (MP) 725/2016, aprovada no Senado em 31 de agosto.

Ex-ministra da Agricultura, a senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) explicou que a proposta foi uma das últimas MPs emitidas pela ex-presidente Dilma Rousseff. Pelo texto, os CRAs poderão ser lastreados em dólar. Com isso, as agroindústrias exportadoras vão poder tomar financiamento internacional com juros mais baixos.

— É uma condição de financiamento muito moderna e é a primeira vez que o Brasil permite esse lastreamento em dólar. Por isso, vai haver muita entrada de recursos, isso poderá permitir uma entrada de US\$ 30 bilhões em financiamento para o agronegócio no país — declarou a senadora, reforçando o objetivo da medida de aumentar o ingresso de financiamentos externos ao setor, mantendo o valor do título atrelado à moeda.

Cooperativas

O CDCA é de emissão exclusiva de cooperativas de produtores rurais e de outras pessoas jurídicas que exerçam a atividade de comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos e insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na produção agropecuária. Ele é de livre negociação e representa promessa de pagamento em dinheiro no prazo determinado. Já o

CRA, também de promessa de pagamento em dinheiro, é de emissão exclusiva das companhias securitizadoras de direitos creditórios.

Pelo texto, a emissão desses certificados com base na variação cambial terá de ser lastreada integralmente em outros títulos representativos de direito creditório com cláusula de correção na mesma moeda, de acordo com regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN). O CDCA e o CRA também terão de ser negociados exclusivamente com investidores não residentes no Brasil.

Agronegócio

Outra mudança é a permissão para que os bancos cooperativos de crédito usem como lastro na emissão de letras de crédito do agronegócio (LCA) títulos representativos de crédito (CDCA) relativos a repasses realizados para cooperativa singular de crédito. Para isso, todos os recursos devem ser destinados a apenas uma operação de crédito rural.

Ambos os títulos devem ter a mesma data de liquidação e indicar vinculação mútua. Os CDCAs devem ser dados em garantia ao banco cooperativo repassador do dinheiro.

A LCA é um título de crédito nominativo, de livre negociação, representativo de promessas de pagamento em dinheiro e emitido só por instituições financeiras.

Para o Ministério da Agricultura, o mecanismo poderá ser usado inclusive no caso de o dinheiro ser usado por uma cooperativa de produção para fornecer insumos aos seus cooperados, pois, em última instância, está financiando esses produtores rurais.

(Com Agência Câmara)



Nova legislação pode trazer US\$ 30 bilhões para financiar o agronegócio